



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2024**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – PRODUTOS DE PADARIA, CONFEITARIA E KITS LANCHE**, para atividades voltadas à população através de todas diretorias municipais, conforme descritivo do termo de referência – anexo I.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 752.760,90

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO DO LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CREDENCIAMENTO: **ATÉ 09hr00min do dia 22/11/2024 (horário de Brasília)**

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: **09hr15min do dia 22/11/2024** (horário de Brasília).

LOCAL: UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ENDEREÇO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES: Praça Dr. Euclides Cardoso Castilho nº 185, Centro, Novo Horizonte – SP, CEP. 14.960-026.

CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: site: [www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

ESCLARECIMENTOS: Pelo e-mail: [licitacao@novohorizonte.sp.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sp.gov.br)

NOTA: Não será realizado esclarecimento via telefone, apenas esclarecimentos via e-mail. E o mesmo será devidamente respondido via e-mail.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2024**  
**EDITAL Nº 098/2024**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

## **PREÂMBULO**

Tornamos público a quem interessar possa que, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, encontra-se aberta nesta Prefeitura a presente Licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, a qual será processada sob a forma de execução indireta, sendo o tipo de licitação o de **MENOR PREÇO DO LOTE**, e será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decretos Municipais nº 7573 de 21 de dezembro de 2021; Nº 8.004 de 13 de dezembro de 2022; Nº 8133 de 13 de março de 2023; 8134 de 13 de março de 2023, 8135 de 13 de março de 2023 e 8136 de 13 de março de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, com suas alterações; à Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 (Código de Defesa do Consumidor); à Lei Orgânica do Município, de 04 de abril de 1.990, e às normas estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, que integram o presente, independentemente de transcrições.

## **DA RAZÃO DA ESCOLHA: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL**

Considerando as vantagens de escolha da modalidade presencial em relação a forma eletrônica neste caso, seguem justificativas para adoção.

Dada a natureza perecível e a necessidade de rápida disponibilidade dos itens de padaria, o processo em questão requer a entrega imediata dos produtos no local do evento após a produção. Por isso, historicamente, os processos licitatórios para aquisição de produtos de padaria e confeitaria nunca tiveram a participação de empresas de outras cidades, nessa realidade, a modalidade presencial não causará prejuízos à competitividade, pois existem diversas padarias na cidade aptas para participação.

A modalidade eletrônica exige do proponente uma série de documentos, cadastros e custos associados ao acesso à plataforma. Esses requisitos podem representar barreiras para pequenos fornecedores, potencialmente levando a uma sessão deserta. O Pregão Presencial, por outro lado, simplifica esses processos, facilitando a participação de um maior número de licitantes, especialmente os de menor porte, aumentando a competitividade, alinhando-se aos princípios de eficiência e fomento à economia local estabelecidos pela legislação vigente.

**ADVERTÊNCIA:** O Município de Novo Horizonte/SP ADVERTE a todos os Licitantes, que não está hesitando penalizar Empresas que descumpram o pactuado. Solicitamos que as Empresas apresentem suas Propostas e Lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a prestação dos serviços em objeto da forma como foi pedido no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos. Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionabilíssimas, e somente serão deferidos, se em total consonância com a Lei. Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as Empresas.

As informações constantes neste Edital e em seus Anexos são complementares entre si, de modo que todas devem ser consideradas para os fins a que se destinam.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

Futuras alegações relacionadas com o desconhecimento de quaisquer informações constantes deste Edital e seus Anexos, bem como dos preceitos legais pertinentes não serão consideradas e/ou admitidas, inclusive quando da execução do contrato ou instrumento equivalente.

## 1. DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – PRODUTOS DE PADARIA, CONFEITARIA E KITS LANCHE**, para atividades voltadas à população através de todas diretorias municipais, conforme descritivo do termo de referência – anexo I.

## 2. DA CONSULTA, ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

2.1. O Edital do Pregão Presencial e seus anexos poderão ser adquiridos pelos interessados através de download no site da Prefeitura ([www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/)), Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) ou através do e-mail: [licitacao@novohorizonte.sp.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sp.gov.br).

2.2. Os licitantes poderão solicitar esclarecimentos aos termos deste Edital junto a Unidade de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte - SP, até 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas, através do e-mail: [licitacao@novohorizonte.sp.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sp.gov.br)

2.2.1. Não serão prestados esclarecimentos via telefone. Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela Prefeitura Municipal de Novo Horizonte - SP.

2.2.2. No caso de ausência de solicitação, pelos licitantes, de esclarecimentos adicionais, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

2.3. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão, devendo ser protocolada até 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas, mediante petição a ser encaminhada no e-mail: [licitacao@novohorizonte.sp.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sp.gov.br)

2.4. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, número do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

2.5. Serão consideradas INTEMPESTIVAS impugnações endereçadas por outras formas ou por outros endereços eletrônicos, que por essa razão não sejam recebidas pelo Pregoeiro no prazo estabelecido.

2.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.8. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.8.1. A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail e disponibilizada no site da Prefeitura ([www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/)) para conhecimento de todos os interessados;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

2.8.2. Se houver alteração na data da licitação a mesma será publicada no diário oficial eletrônico do município e no site da Prefeitura ([www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/)).

### 3. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O Pregão, na sua forma Presencial, será realizado em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico, junto a Unidade Gestora de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte - SP, com endereço sito à Praça Dr. Euclides Cardoso Castilho, nº 185, Centro, na cidade de Novo Horizonte – SP – CEP. 14.960-026.

3.2. O licitante deverá observar a data e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao Unidade Gestora de Licitações e Contratos para participação da licitação, bem como para a abertura das Propostas.

3.3. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 3.3.1. conduzir a sessão pública;
- 3.3.2. receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos Anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- 3.3.3. verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;
- 3.3.4. coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 3.3.5. verificar e julgar as condições de habilitação;
- 3.3.6. sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 3.3.7. receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 3.3.8. indicar o vencedor do certame;
- 3.3.9. conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- 3.3.10. encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua adjudicação e homologação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados de forma direta ou através de representante legal junto a Unidade Gestora de Licitações e Contratos.

4.2. Não poderão disputar esta licitação:

- 4.2.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.2.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.2.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.2.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do Edital de licitação;
- 4.2.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal
- 4.2.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

4.3 O impedimento de que trata o subitem 4.2.3. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 4.2.1. e 4.2.2. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.6. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.7. No regime de aquisição e prestação de serviços associados não há impedimento que a licitação inclua como encargo do contratado a elaboração do anteprojeto ou do projeto básico, a depender do elemento instrutor técnico, além do executivo.

4.8. Para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

4.9. O disposto no subitem 4.8. aplica-se aos agentes de contratação e aos membros da comissão de contratação.

4.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o quanto segue:

5.1.1. Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular (Anexo II) do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

f) Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

5.1.2. Quanto às declarações:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

a) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e de inexistência de quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, que deverá ser elaborada de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2. (Habilitação);

b) Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, no caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, que deverá ser elaborada de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2. (Habilitação);

c) Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, no caso de licitante organizado em cooperativa, que deverá ser elaborada de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2. (Habilitação).

5.2. A não apresentação das Declarações previstas nas alíneas “b” ou “c” do subitem 5.1.2., apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na legislação de regência, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

## 6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

LICITANTE:

CNPJ Nº

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024

LICITANTE:

CNPJ Nº

**ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 311/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2024

## 7. DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. O Envelope nº 1 – Proposta deverá conter em seu interior a Proposta Comercial devidamente preenchida em papel timbrado da empresa, conforme modelo constante no Anexo VI, de forma clara e legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e sem cotações alternativas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal ou procurador do licitante.

7.2.1. A Proposta deverá conter os seguintes elementos:

7.2.1.1. Razão Social do licitante, CNPJ, endereço, telefone e e-mail;

7.2.1.2. Número do Pregão e do Processo;

7.2.1.3. Preço unitário e total do Lote em algarismos e o total também por extenso, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

7.2.1.4. Descrição do objeto, contendo informações que atendam as especificações técnicas do Anexo I – Termo de Referência;

7.2.1.5. Marca/Modelo (se for o caso);

7.2.1.6. Fabricante (se for o caso);

7.2.1.7. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo motivo justo, devidamente aceito pelo Pregoeiro.

7.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I – Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os produtos, materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5. Poderão ser admitidos pelo pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no subitem 5.1.

8.2. Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os Envelopes nº 1 e nº 2, contendo, cada qual, separadamente, a Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação.

8.3. O julgamento será feito pelo critério de MENOR PREÇO DO LOTE, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital.

8.3.1. Havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50% (meio ponto percentual).

8.7. Poderão participar da etapa aberta de lances somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão.

8.7.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 8.7, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

8.7.2. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço/menor percentual de desconto e, os demais, em ordem decrescente de valor/percentual de desconto;

8.7.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades legais cabíveis;

8.7.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.8. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, nos seguintes termos:

8.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

8.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

c.1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

d) Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste subitem, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

8.9. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

8.10.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.11. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2. do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Relação de Impedidos de Contratos/Licitações, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldata transparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldata transparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.12. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.13. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.14. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.15. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.16. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.17. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.17.1. conter vícios insanáveis;

8.17.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo I - Termo de Referência;

8.17.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.17.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.17.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.18. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

8.19. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

8.19.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

8.19.2. destinado à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

8.20. Caso seja exigida a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.21. O Pregoeiro divulgará o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.22. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio do site da Prefeitura ([www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/))

8.23. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.24. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.25. Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva Ata, com a ordem de classificação das propostas.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes, de forma OBRIGATÓRIA, deverão apresentar todos os documentos necessários para fins de Habilitação. Caso algum documento não seja apresentado o licitante será INABILITADO.

9.2. O Envelope nº 2 – Habilitação, deverá conter em seu interior a seguinte documentação:

### 9.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, Certificado da Condição do Microempreendedor Individual – CCMEI ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 9.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) apresentação da Certidão Negativa de Débitos (inscritos e não inscritos na dívida ativa, caso sejam certidões separadas) junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos mobiliários;
- f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

### 9.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede da licitante.

a1) Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação Judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

### 9.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Prova de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.2.5. DECLARAÇÃO PARA OUTRAS COMPROVAÇÕES, em conformidade com o modelo constante do Anexo VII:

- a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9.3. Os licitantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão considerados inabilitados.

9.4. Os documentos exigidos, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a mais de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão.

9.5. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples, e serão recebidos pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, que se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade. Caso for necessário, o Pregoeiro poderá solicitar o documento original, para que verifique-se a autenticidade do mesmo.

9.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas somente será exigida para efeito de contratação, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 9.2.2, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

9.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

9.6.2. Durante o decurso do prazo referido no subitem 9.6.1, o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo com restrição, será considerada habilitado e permanecerá no processo;

9.6.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.6.1. implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

9.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral apresentado deverão ser inseridos no Envelope nº 2 - Habilitação.

9.8. Após a abertura do Envelope nº 2 - Habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

9.11. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.12. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no presente Edital.

## 10. DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados no e-mail: [licitacao@novohorizonte.sp.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sp.gov.br) contendo razão social, CNPJ, endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal.

10.4.1. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio não se responsabilizarão por memoriais de recursos e contrarrazões endereçados por outras formas, e que, por isso, sejam intempestivos ou não sejam recebidos.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. A decisão final acerca dos recursos interpostos será divulgada no site da Prefeitura ([www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/)) e encaminhada via e-mails aos interessados.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos licitantes para defesa de seus interesses.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro encaminhará o processo à Autoridade Superior que adjudicará o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e homologará o procedimento licitatório.

11.2. Homologado o resultado classificatório pela autoridade competente, será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

11.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

12.1. Homologada a licitação, a Administração Pública convocará o adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo VIII), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da homologação do resultado da Licitação no Diário Oficial Eletrônico do Município, podendo ser assinado pessoalmente na Unidade Gestora de Licitações e Contratos ou Digitalmente, na forma eletrônica, com assinatura eletrônica válida. Caso a empresa não assine dentro do prazo estabelecido, decai o direito da contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei.

12.2. O prazo concedido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pelo licitante, e desde que haja motivo justo e devidamente aceito pela Administração.

12.3. A convocação para assinar a Ata de Registro de Preços obedecerá a ordem de classificação na presente licitação.

12.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

12.5. Será incluído, na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

12.5.1. o registro a que se refere o subitem 12.5. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata;

12.5.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 12.5., serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

12.5.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o subitem 12.5, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

12.6. Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência da Ata.

12.7. Se, por ocasião da formalização da Ata, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista estiver com os prazos de validade vencidos, o Município verificará a situação por meio eletrônico hábil, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.7.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade mediante a apresentação da respectiva documentação, com prazos de validade em vigência, sob pena de decair do direito à contratação.

12.8. Na hipótese de o licitante vencedor não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido no Edital, serão convocados os licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no Edital da licitação.

12.9. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo Órgão Gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

12.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do subitem 12.8., a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

12.13. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo Órgão Gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas e/ou no Diário Oficial Eletrônico do Município.

12.14. A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

12.15. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.15.1. Havendo necessidade de prorrogação do prazo vigência, será celebrado Termo Aditivo, através do qual serão renovados os quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

12.15.2. A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste.

12.15.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

12.15.4. O contrato, no caso do presente Pregão, poderá, a critério da Administração, ser substituído por meio de carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.16. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

12.16.1. O ato de prorrogação da vigência da Ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

12.17. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

### **13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO E DA ATA**

13.1. A finalidade principal do Sistema de Registro de Preços é o fornecimento de acordo com a demanda da Administração, devido à dificuldade de mensurar a quantidade exata a ser adquirida e assim atender melhor às necessidades da Administração.

13.2. A Unidade Requisitante é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do Registro de Preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

13.3. Não será possível o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

13.4. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades não participantes.

13.5. Os preços registrados poderão ser alterados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, em simetria com o disposto no inciso VI, do caput e inciso IV do § 5º, do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.6. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

13.6.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.6.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

13.6.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo Órgão Gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

13.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

13.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços;

13.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública;

13.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

13.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços, cabendo ao Órgão Gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

13.9. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no Edital.

13.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem 13.9., o Órgão Gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

13.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da Ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

13.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.13. Liberado o fornecedor na forma do subitem 13.12., o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

13.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da Ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

13.15. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

13.16. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

13.17. O Registro do Preço do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

13.17.1. for liberado;

13.17.2. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

13.17.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.17.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.17.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

13.18. A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

13.18.1. pelo decurso do prazo de vigência;

13.18.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

13.18.3. por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução de obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

13.18.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13.19. No caso de cancelamento da Ata ou do Registro do Preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.19.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

### 14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3. A convocação se dará por meio de divulgação no Diário Oficial Eletrônico de município e site da Prefeitura de Novo Horizonte – SP:  
[www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/compasedita/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/compasedita/)

### 15. DAS GARANTIAS

15.1. Não serão exigidas a prestação de garantias ou seguros para a execução do objeto resultante desta licitação.

### 16. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

### 17. DA FORMA DE FORNECIMENTO, CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A forma de fornecimento, os critérios de recebimento e de aceitação do objeto constam do Anexo I – Termo de Referência.

### 18. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1. As obrigações e responsabilidades das partes constam do Anexo I – Termo de Referência.

### 19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** após a apresentação da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, acompanhada da respectiva Fatura, subsequentes aos serviços



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

executados do objeto do presente Instrumento Convocatório, com a aprovação da Divisão de Compras.

19.1.1. A Contratada deverá apresentar à Divisão de Compras, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, o documento fiscal acompanhado de relatório demonstrativo detalhado dos serviços realizados.

19.2. Conferida a Nota Fiscal e não estando ela de acordo com os serviços e preços contratados, a Contratante devolverá a Contratada, com os motivos da recusa, por escrito, sendo que, nesta hipótese, o prazo de pagamento se prorrogará pelo tempo decorrido até a devida regularização.

19.3. O pagamento está condicionado ao cumprimento do estabelecido na Proposta apresentada de acordo com o Instrumento Convocatório.

19.4. Haverá Retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos casos previstos na Instrução Normativa RFB nº 2145/23.

19.5. A CONTRATADA fica obrigada a destacar na emissão da Nota Fiscal (NF) o valor da retenção do Imposto de Renda a ser retido na Fonte, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2145/23.

19.6. Não serão concedidas antecipações no pagamento dos créditos relativos a este certame, ainda que a requerimento da empresa licitante vencedora.

19.7. Considerando a Instrução Normativa RFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021 e alterações posteriores, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais — EFD-Reinf, o gestor do contrato e a empresa licitada devem respeitar o critério da competência, e por isso, o mês de emissão da nota fiscal deve ser o mesmo da liquidação do empenho para pagamento, devendo ser a Nota Fiscal, devidamente habilitada para a liquidação (conforme artigo 63 da Lei 4.320), enviada à Diretoria de Finanças, Planejamento e Arrecadação até o prazo máximo do dia 25 do mesmo mês da emissão da nota.

19.8. Após o interregno de um ano, não havendo índice especificado no Termo de Referência, e havendo pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. A formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito do reajustamento.

## 20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa prevista nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 8.004/2022, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1 Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.1.2 Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.3 Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

20.1.4 Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.5 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.5.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.5.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

20.1.5.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

20.1.5.4 Deixar de apresentar amostra; ou

20.1.5.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.9.1 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.9.2 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.1.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal nº 8.004/2022 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1 Advertência;

20.2.2 Multa;

20.2.3 Impedimento de licitar e contratar; e

20.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.4 Com relação à execução do contrato, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 8.004/2022, o contratado que:

20.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

20.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.4.3 Der causa à inexecução total do contrato;

20.4.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.4.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

20.4.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.4.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

20.4.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.4.9 Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o *caput* e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação ou da adjudicação.

20.5 O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

20.5.1 Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

20.5.2 Descontado do valor da garantia prestada;

20.5.3 Pago por meio de documento próprio junto a unidade de recebimento de receitas.

20.5.4 Cobrado judicialmente.

20.6 A gradação das multas moratórias será realizada da seguinte forma:

20.6.1 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

20.7 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

20.8 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

20.8.1 De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

20.8.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.8.1.2 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.8.2 De 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

20.8.3 De 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

20.8.4 De 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

20.8.4.1 Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.8.4.2 Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

20.8.4.3 Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

20.8.4.4 Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.8.4.5 Prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.8.4.6 Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

20.8.4.7 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.8.4.8 Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

20.9 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 8.004/2022.

20.10 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

20.10.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

20.10.2 Dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.

20.10.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena – impedimento pelo período de até seis meses.

20.10.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até quatro meses.

20.10.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até quatro meses.

20.10.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de um ano.

20.11 Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

20.11.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena – até quatro anos.

20.11.2 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – até seis anos.

20.11.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – até seis anos.

20.11.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena – até cinco anos.

20.11.5 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – até seis anos.

20.12 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

20.13 O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

20.14 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.15 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. Antes do parecer final da comissão, terá prazo de alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

20.16 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.18 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.19 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.20 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.21 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.22 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.23 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.24 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 21. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) próprias já consignadas no orçamento vigente, definida no ato da solicitação, de acordo com as compras a serem efetuadas para cada centro de custo, visto tratar-se de Registro de Preços.

21.2. Nenhum contrato ou empenho será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes no exercício financeiro em curso.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

<b>GABINETE DO PREFEITO</b> CONTA: 26 UNIDADE: 02.01.00.041220003.2.155.339030	<b>CORPO DE BOMBEIROS</b> CONTA: 60 UNIDADE: 02.01.01.061820003.2.006.339030
<b>DIR. DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b> CONTA: 96 UNIDADE: 02.04.01.041220003.2.009.339030	<b>DIRETORIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO</b> CONTA: 203 UNIDADE: 02.07.00.041220019.2.137.339030
<b>DEPART. MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> CONTA: 129 UNIDADE: 02.06.00.041250003.2.016.339030	<b>DEPART. MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> CONTA: 141 UNIDADE: 02.06.00.041290003.2.017.339030
<b>DIR. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> CONTA: 255 UNIDADE: 02.08.01.082440029.2.074.339030	<b>DIR. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> CONTA: 285 UNIDADE: 02.08.03.082430005.2.023.339030
<b>DIR. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> CONTA: 274 UNIDADE: 02.08.02.082410005.2.021.339030	<b>DIR. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> CONTA: 303 UNIDADE: 02.08.03.082430028.2.073.339030
<b>DEPART. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b> CONTA: 313 UNIDADE: 02.09.00.154510008.2.140.339030	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b> CONTA: 421 UNIDADE: 02.10.01.103040010.2.051.339030
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b> CONTA: 349 UNIDADE: 02.10.01.103010010.2.028.339030	<b>DIR. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO</b> CONTA: 576 UNIDADE: 02.12.00.041220023.2.041.339030
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> CONTA: 460 UNIDADE: 02.11.01.123610012.2.031.339030	<b>DIR. DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO</b> CONTA: 595 UNIDADE: 02.13.01.185410018.2.046.339030
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> CONTA: 560 UNIDADE: 02.11.04.123060034.2.034.339030	<b>DIR. DESENV. AGROP., ABAST. E PSICULTURA</b> CONTA: 643 UNIDADE: 02.15.00.206050017.2.123.339030
<b>DIR. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO</b> CONTA: 587 UNIDADE: 02.13.01.154520039.2.070.339030	<b>DIR. MUNICIPAL DE PROJETOS, POSTURA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b> CONTA: 676 UNIDADE: 02.17.00.154510043.2.141.339030
<b>DIR. MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</b> CONTA: 624 UNIDADE: 02.14.00.278120020.2.043.339030	<b>DIRETORIA MUNICIPAL DE CULTURA</b> CONTA: 703 UNIDADE: 02.19.00.133920009.2.139.339030
<b>DIRETORIA MUNICIPAL DE TURISMO</b> CONTA: 659 UNIDADE: 02.16.00.041220021.2.050.339030	<b>DIRETORIA MUNICIPAL DE CULTURA</b> CONTA: 703 UNIDADE: 02.19.00.133920009.2.139.339030

## 22. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

22.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

22.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

22.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

22.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

22.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

22.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

22.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

22.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

22.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

22.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A ata da sessão pública será disponibilizada aos licitantes presentes através do site da Prefeitura ([www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/))

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. A sessão que porventura extrapolar o horário de funcionamento da Prefeitura (17:00 horas) poderá ser suspensa e terá sua continuidade marcada para as 08:00 horas do dia útil subsequente, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Município de Novo Horizonte/SP reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir a presente licitação, em caso de interesse público.

23.12. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

23.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Site Oficial do Município, acessado através do seguinte endereço eletrônico:  
[www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/](http://www.sistemas.novohorizonte.sp.gov.br/comprasedital/)

23.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.14.1. Anexo I – Termo de Referência;

23.14.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

23.14.2. Anexo II – Modelo de Procuração;

23.14.3. Anexo III – Modelo de Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e de inexistência de quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

23.14.4. Anexo IV – Modelo de Declaração - Lei Complementar nº 123/2006;

23.14.5. Anexo V – Modelo de Declaração - Artigo 16 da Lei nº 14.133/2021;

23.14.6. Anexo VI – Modelo de Proposta;

23.14.7. Anexo VII – Modelo de Declaração para Outras Comprovações;

23.14.8. Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

23.15. Informações complementares julgadas necessárias deverão ser solicitadas pelo interessado na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte-SP, Unidade Gestora de Licitações e Contratos, sito à Praça Dr. Euclides Cardoso Castilho, nº 185, Centro, pelo telefone (17) 3543-9028/3543-9015, no horário de expediente (das 07h30min às 17h00min), ou ainda, pelo e-mail: [licitacao@novohorizonte.sp.gov.br](mailto:licitacao@novohorizonte.sp.gov.br)

Novo Horizonte – SP, 06 de novembro de 2024.

**FABIANO DE MELLO BELENTANI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 meses, para eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – PRODUTOS DE PADARIA, CONFEITARIA e KITS LANCHE para atividades voltadas à população através de todas diretorias municipais.

### 2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO

LOTE 01				
ITEM	PRODUTO	UND	DESCRIÇÃO	QTD PREVISTA
1	SALGADOS PARA FESTA FRITOS	Cento	SALGADOS PARA FESTA FRITOS: Peso unitário entre 30 a 35 grs. Coxinha, risoles, quibe, bolinha de queijo, entre outros - Recheio podendo ser de frango, carne, palmito, presunto e queijo.	350
2	SALGADOS PARA FESTA ASSADOS	Cento	SALGADOS PARA FESTA ASSADOS: peso unitário entre 30 a 35grs. Recheio podendo ser de frango, carne, palmito, presunto e queijo. TIPO: Croissant, empada, esfirra, doguinho entre outros.	350
3	BOLO COM COBERTURA SIMPLES	Kg	BOLO COM COBERTURA SIMPLES. Sabor chocolate com cobertura de chocolate; Sabor laranja com cobertura de laranja; Sabor Cenoura com cobertura de Chocolate; Sabor Coco com cobertura de coco; Pão de ló com sabores variados.	600
4	DOCES	Unid.	DOCES: Peso unitário entre 25 a 30grs. Beijinho, cajuzinho, brigadeiro, dois amores, lua de mel, carolinas, entre outras.	15000
5	SANDUÍCHE NATURAL	Cento	SANDUÍCHE NATURAL: Peso unitário entre 70 a 100grs. Pão Frances com salada de cenoura, alface, tomate, fatia de queijo e presunto.	100
6	BISCOITO DE POLVILHO	Kg	BISCOITO DE POLVILHO: tradicional, salgado, assado e crocante, com procedência, embalagem lacrado contendo no mínimo 500 gramas com procedência e informação nutricional no rótulo. Prazo mínimo de validade mínimo de 06 meses, a contar a partir da data de entrega, 90% do produto deve estar com suas características físicas intactas (não quebrados).	60
7	PÃO DE QUEIJO	Unid.	PÃO DE QUEIJO: unidades pequenas, de aproximadamente 25 a 30grs, assados ao ponto. Embalagem plástica ou de papel, produto deve estar com suas características físicas intactas.	12000
8	SUCO PRONTO	L	SUCO PRONTO para beber, com diversos sabores (caju, uva, maçã, maracujá, pêssego) em caixa longa vida 1L.	2000
9	CHOCOLATE QUENTE	L	CHOCOLATE QUENTE: Engarrafados em recipiente térmico (quente) contendo 1L cada. Mistura de leite de vaca, pasteurizado, tipo longa vida misturada com achocolatado em pó.	150
10	REFRIGERANTE TIPO GUARANÁ	Pet 2L	REFRIGERANTE TIPO GUARANÁ: Água gaseificada, açúcar, extrato de guaraná, aroma idêntico ao natural de frutas e romã, corante caramelo.	1200
11	REFRIGERANTE TIPO COLA	Pet 2L	REFRIGERANTE TIPO COLA: Água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo IV, acidulante ácido fosfórico e aroma natural.	500
12	PÃO TIPO FRANCÊS 50GR	KG	Pão, tipo francês, pesando 50gr, ingredientes farinha trigo/fermento/sal/açúcar/margarina e água. Validade diária	1800
13	MORTADELA	KG	Carne bovina nobre, defumada, apresentação fatiada e de primeira qualidade, misturadas e trituradas, composta de condimentos e outras substâncias alimentares, contendo no máximo 10% de toucinho, máximo de 25% de umidade e máximo de 5% de amido. As carnes do preparo devem ser de primeira categoria, isentas de cartilagens e apovernosos. O mesmo deverá ser apresentado com características próprias de cor, sabor, aroma e deverá estar isento de sujidades, parasitas e larvas, isento de mofo e bolor. Não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa, exudada, partes flácidas ou de consistência anormal. A temperatura na entrega deverá ser de +3º C a +5º C. Teor máximo de sódio é de 750mg por porção de 40g.	150
14	PRESUNTO COZIDO SEM GORDURA DE ÓTIMA QUALIDADE	KG	Presunto Cozido Sem Gordura, proveniente de carne suína, desossado; fatiado no dia; Fatias de no mínimo 30g cada; Fatias Inteiras, sem presença de umidade e mofo; Cor própria: rosada; sem manchas. Textura macia, suavemente temperada. Odor e Sabor próprios de presunto cozido sem gordura. O produto NÃO PODERÁ apresentar carne amolecida e pegajosa, sujidades,	150



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

			elementos estranhos à sua composição, parasitos e larvas. O produto NÃO PODERÁ apresentar ossos quebrados e cartilagem no seu interior e presença de bolores e limo na superfície. Toda matéria prima utilizada na elaboração do produto deve ser de qualidade comprovadamente alimentar e os produtos de origem animal devem ser provenientes de estabelecimentos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal, Estadual e /ou municipal. O produto deverá apresentar suas condições e características no ato da entrega conforme a legislação vigente do Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária: ANVISA /Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Serviço de Inspeção Federal, Estadual e/ou Municipal, e demais Resoluções, Portarias e Instruções Normativas que aprovam o "Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade das Carnes Preparadas Embutidas e NTA 8 Normas Técnicas para Carnes Preparadas Embutidas – Decreto nº12.486 de 20/10/78".	
15	MUSSARELA	KG	Queijo tipo Muçarela; Fatiado no dia; Fatias de no mínimo 30g cada; Fatias Inteiras, sem presença de umidade e mofo; Cor própria: levemente amarelada, sem manchas. Textura macia, suavemente salgada. Odor e Sabor próprios de Queijo tipo Muçarela. O produto NÃO PODERÁ apresentar sujidades, elementos estranhos à sua composição, parasitos e larvas. Toda matéria prima utilizada na elaboração do produto deve ser de qualidade comprovadamente alimentar e os produtos de origem animal devem ser provenientes de estabelecimentos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Federal, Estadual e /ou Municipal. O produto deverá apresentar suas condições e características no ato da entrega conforme a legislação vigente do Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária: ANVISA /Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Serviço de Inspeção Federal, Estadual e/ou Municipal, e demais Resoluções, Portarias e Instruções Normativa que aprovam o "Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade do Queijo Mozzarella(Muzzarela ou Muçarela)" e NTA 11 Normas Técnicas para Queijos – Decreto nº12.486 de 20/10/78"	250
16	TORTA DE FRANGO	KG	Torta Salgada em camadas de frango: Massa macia, saborosa, recheada de frango desfiado, requeijão cremoso, milho, cebola, tomate e temperos, no ponto correto de assado, sem queimar ou com aparência de cru. Validade diária.	200
17	BAURU DE FORNO	KG	BAURU DE FORNO, massa macia com ponto de crescimento correto, com sabor característico, bem recheada, assada no ponto correto, sem queimar ou cru, ter tamanho e peso padrão, recheado no sabor presunto, queijo mussarela, tomate e orégano. Validade diária	200
18	PIRULITOS - PACOTE C/ 50 UNIDADES	PCT	Pirulito esférico, sabor artificial de Tutti-frutti, cereja ou frutas variadas - 50 un - Aprox. 400 gr	300
19	LANCHE PRONTO	UNID.	A composição individual dos lanches deverá conter os seguintes ingredientes e acompanhamentos: 1 pão francês de no mínimo 50g; 1 fatia inteira de presunto cozido de no mínimo 30g; 1 fatia de queijo tipo mussarela inteira de no mínimo 30g;  Os lanches devem ser embalados individualmente em embalagens descartáveis, tipo saquinhos plásticos atóxicos, resistentes, transparentes, de tamanho apropriado, devidamente fechados e acondicionados em caixas de papelão e/ou plásticas e/ou sacos de papel, resistentes e apropriados para o armazenamento e transporte de alimentos, assegurando a higiene e a qualidade dos lanches.	10000
20	GELO	UNID.	Saco 2 kg cada	150
21	MARGARINA	UNID.	MARGARINA, pote com 500 gramas, Gordura Vegetal Tipo: Margarina , Subtipo: Cremosa , Composição Básica: Mínimo De 80% De Gordura , Sabor: Com Sal, livre de gordura trans e contendo máximo de água de 15% sobre o peso do produto;	150
22	BOLO RECHEADO E CONFEITADO	KG	BOLO RECHEADO E CONFEITADO, TIPO ANIVERSÁRIO, com massa branca e duas camadas de recheio. Recheios variados poderão ser: doce de leite, beijinho de coco, morango, abacaxi, pêssego, ameixa ou leite ninho. A cobertura poderá ser chantilly, ganache, brigadeiro ou glacê real. O bolo deverá estar acondicionado em embalagens descartáveis com tampa.	80
23	BOMBONS – PACOTE 1KG	PCT	BOMBOM DE CHOCOLATE BRANCO, TIPO OURO BRANCO, CONTENDO 25 G, EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM PLÁSTICO, QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, MANTEIGA DE CACAU, LEITE EM PÓ INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA	100



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

			COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SORO DE LEITE EM PÓ, CACAU EM PÓ, FLOCOS DE ARROZ, MILHO, GEMA DE OVO, CASTANHA DE CAJU, ÓLEO DE SOJA, GORDURA DE MANTEIGA DESIDRATADA, EMULSIFICANTES: LECITINA DE SOJA E POLIGLICEROL POLIRRICINOLEATO, AROMATIZANTE E FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO. PODE CONTER TRAÇOS DE AVELÃ E AMÊNDOA. PACOTE CONTENDO 1 KG	
--	--	--	---	--

LOTE 02			
KIT LANCHE			
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	QTD PREVISTA
1	KIT LANCHE	<b>03 (três)BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER;</b> acondicionado em embalagem individual, com no mínimo de 10 gramas. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. <b>01 (um) BISCOITO SALGADO INTEGRAL;</b> acondicionado em embalagem individual, com no mínimo de 23 gramas. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. <b>01 (um) BISCOITO TIPO COOKIES</b> com gotas de chocolate, acondicionado em embalagem individual, contendo no mínimo 40 gramas. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. <b>01 (um) BARRA DE CEREAL INTEGRAL;</b> Sabor banana, aveia e mel contendo no mínimo de 20 gramas. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. <b>01(um) BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR CHOCOLATE;</b> tipo caixinha, pronto para beber, em embalagem de 150 ml ou 200ml acompanhado de canudo. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	25000
OBS: Os Kits deverão ser acondicionados em embalagens individuais, identificadas com a logomarca da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte – SP, e mensagem definida por esta Secretaria, na frente da embalagem. (Imagem Anexa). As embalagens deverão ser de SACO DE PAPEL KRAFT BRANCO, Capacidade de 3Kg, medindo aproximadamente 15 (largura) x 36 (altura) x 10 cm (sanfona), devidamente lacrados.			

### 3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**Julgamento:** O critério de julgamento da proposta é Menor Preço Global (LOTES).

#### 3.1 JUSTIFICATIVA DA DIVISÃO DO OBJETO:

3.1.1 Considerando que os itens de padaria serão utilizados em reuniões, cursos e eventos durante coffee breaks ou períodos de integração, não é viável ter os itens produzidos e entregues por empresas diferentes devido a risco de atrasos, além disso, seria mais difícil fiscalizar as entregas e a chance de inconformidades ocorrerem seria maior.

3.1.2 O item “kit lanche” foi separado em outro lote, pois a entrega e fiscalização não tem relação com os outros itens.

#### 4. PRAZO DE ENTREGA

Lote 1: A Prefeitura de Novo Horizonte, encaminhará requisição/solicitação com no mínimo 24 horas de antecedência do horário da entrega.

Lote 2: Prazo de entrega de 5 dias corridos a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

#### 5. LOCAL DE ENTREGA

5.1 Lote 01 de produtos diversos, deverá ser entregue no local do evento que será informado na autorização de fornecimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

5.2 Os kits lanche da Secretaria de Saúde deverão ser entregue no setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Bernardino Guerra, Nº 116, Vila Pati, os do Projeto Guri no Centro Cultural, sito à Rua Carvalho Leme, Nº 534 e da Secretaria de Educação, na sua sede: Rua 28 de Outubro, 483 Centro.

5.3 A empresa deverá entregar os produtos no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, sob qualquer pretexto, não serão recebidos fora do expediente de trabalho.

## **6. REGRAS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

- 6.1 O objeto será recebido, provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.2 Os produtos entregues poderão ser rejeitados, caso não obedeçam às quantidades e especificações de cada solicitação, bem como anormalidade quanto à aparência, sabor, odor, peso e forma.
- 6.3 A verificação da conformidade das especificações do objeto ocorrerá no prazo de até 01 (um) dia útil, contado a partir do recebimento provisório. Atestada a conformidade quantitativa e qualitativa, o material será recebido definitivamente.
- 6.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.5 Qualquer substituição de marca ou modelo do item deverá ser solicitada previamente ao fiscal do contrato, entregas em desacordo com a proposta serão recusadas.
- 6.6 Cabe à Contratada verificar o prazo de validade dos produtos fornecidos e garantir sua qualidade devendo substituir imediatamente àqueles que apresentem qualquer vício ou imperfeição.

## **7. GARANTIA**

- 7.1 Substituir às suas expensas, todo e qualquer material entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

## **8. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

**Necessidade da Contratação:** O Registro de Preços dos itens descritos se faz necessário para as atividades desenvolvidas pelo Município de Novo Horizonte junto à população (reuniões, conferências, cursos, projetos e demais eventos), sendo necessários alimentos e bebidas para os intervalos ou para momentos de confraternização, socialização e integração. Os kits lanches serão destinados no transporte de pacientes para unidades de tratamento fora do município de Novo Horizonte, realizados pela Secretaria de Saúde, para fornecimento aos estudantes do Projeto Guri e para alunos da Rede Municipal da Educação em atividades, passeios ou excursões.

**Justificativa da Solução Escolhida:** A aquisição de itens de padaria é a única solução para alimentação dos participantes de eventos em geral realizados pelo Município e os kits lanches para atender de forma prática a necessidade dos pacientes e estudantes com uma alimentação de fácil armazenagem, já embalada e que não seja perecível.

**Justificativa da Quantidade:** Foi considerado a quantidade consumida no Registro de Preços anterior e a quantidade estimada pelas diretorias, levando mais em consideração o que foi





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

consumido devido a exageros nas estimativas. Itens que o saldo acabou antes do término da vigência foram analisados individualmente.

### Resultados Pretendidos:

Itens que atendam aos padrões de qualidade, utilizando ingredientes frescos e de alta qualidade em todas as preparações. Os produtos devem ser livres de defeitos, impurezas e sabores indesejados.

A parte fornecedora garantirá o cumprimento rigoroso dos prazos de entrega acordados. Quaisquer atrasos serão comunicados com antecedência, e medidas serão tomadas para minimizar quaisquer impactos negativos.

Atendimento adequado e prestativo, respondendo prontamente a consultas, solicitações e reclamações.

Os produtos fornecidos devem ser consistentes e padronizados em termos de sabor, textura e apresentação, se esforçando em manter esses critérios ao longo da duração do contrato.

### 9. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

- 9.1 O fornecedor deverá cumprir todas as regulamentações e normas de segurança alimentar e sanitárias aplicáveis, garantindo que os produtos sejam seguros para consumo humano e estejam de acordo com as práticas higiênicas adequadas.
- 9.2 É de responsabilidade da contratada fornecer mão de obra suficiente para entregar os materiais no local de armazenagem, inclusive através de transportadoras terceirizadas.
- 9.3 Os produtos oferecidos deverão atender ao descritivo do Termo de Referência em relação à concentração de ativos e composição dos materiais, atendendo critérios de qualidade, eficiência e rendimento.
- 9.4 Produtos deverão utilizar embalagens recicláveis ou biodegradáveis, quando for possível.
- 9.5 Os Gêneros Alimentícios – Produto de Padaria e Confeitaria deverão ser entregues em embalagem apropriada, lacradas e conter ingredientes frescos de primeira qualidade.
- 9.6 Os bolos e salgados variados deverão ser macios, frescos e assados ou fritos uniformemente.
- 9.7 Os itens que compõe os kits lanche deverão ser entregues com o mínimo de dois meses de validade.
- 9.8 Deverão ser considerados nos preços todos os custos e despesas envolvidas no fornecimento e entrega dos produtos objeto do Edital.
- 9.9 Os Kits deverão ser acondicionados em embalagens individuais, identificadas com a logomarca da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte – SP, e mensagem definida posteriormente, na frente da embalagem. As embalagens deverão ser de SACO DE PAPEL KRAFT BRANCO, Capacidade de 3Kg, medindo aproximadamente 15 (largura) x 36 (altura) x 10 cm (sanfona), devidamente lacrados.

### 10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Entrega Parcelada** conforme emissão de empenhos pelas diretorias.

Pedido mínimo para entrega:

LOTE 01				
ITEM	PRODUTO	UND	QTD PREVISTA	QTD PEDIDO MINIMO
1	SALGADOS PARA FESTA FRITOS	Cento	350	0,3
2	SALGADOS PARA FESTA ASSADOS	Cento	350	0,3
3	BOLO COM COBERTURA SIMPLES	Kg	600	1
4	DOCES	Unid.	15000	30
5	SANDUÍCHE NATURAL	Cento	100	0,15
6	BISCOITO DE POLVILHO	Kg	60	0,5
7	PÃO DE QUEIJO	Unid.	12000	20
8	SUCO PRONTO	L	2000	2
9	CHOCOLATE QUENTE	L	150	2



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

10	REFRIGERANTE TIPO GUARANÁ	Pet 2L	1200	1
11	REFRIGERANTE TIPO COLA	Pet 2L	500	1
12	PÃO TIPO FRANCÊS 50GR	KG	1800	1
13	MORTADELA	KG	150	1,5
14	PRESUNTO COZIDO SEM GORDURA DE ÓTIMA QUALIDADE	KG	150	1
15	MUSSARELA	KG	250	1
16	TORTA DE FRANGO	KG	200	1
17	BAURU DE FORNO	KG	200	1
18	PIRULITOS - PACOTE C/ 50 UNIDADES	PCT	300	4
19	LANCHE PRONTO	UNID.	10000	20
20	GELO	UNID.	150	1
21	MARGARINA	UNID.	150	1
22	BOLO RECHEADO E CONFEITADO	KG	80	1,5
23	BOMBONS – PACOTE 1KG	PCT	100	1

LOTE 02			
KIT LANCHE			
ITEM	PRODUTO	QTD PREVISTA	QTD PEDIDO MINIMO
1	KIT LANCHE	25000	50

### 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1 Comunicação:** A empresa contratada deverá informar a Prefeitura de Novo Horizonte, quanto a qualquer atualização em seus dados cadastrais, especialmente quanto ao telefone e endereço eletrônico (e-mail), pelo qual deverá ocorrer todas notificações, citações e intimações referente a gestão do contrato, sua execução e eventual processo de responsabilização e aplicação de penalidade
- 11.2 Conformidade dos produtos e dos serviços entregues:** Caso durante a entrega for constatado que os itens estão em desacordo com a Proposta ou com as especificações do Termo de Referência, a entrega será recusada, o material deverá ser substituído ou o serviço refeito sem cobranças adicionais.
- 11.3 Conformidade com as condições exigidas:** A empresa deverá manter durante toda execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e anexos da dispensa. A regularidade será fiscalizada periodicamente pelo agente responsável, admitindo a aplicação de sanções conforme o edital e a legislação.
- 11.4 A Fiscalização se dará em conjunto às diretorias e órgãos municipais diversos,** questionando os servidores quanto o rendimento, qualidade e durabilidade dos produtos. Observando os prazos de entrega e se atentando quanto a qualquer mudança de marca/modelo do item sem aviso prévio.

### 12. FISCAIS DO CONTRATO

**NOME:** Victor Fonseca Biller

**CARGO:** Agente Administrativo – Divisão de Compras

**FUNÇÃO NA FISCALIZAÇÃO:** Seguir e fiscalizar o cumprimento do item 11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## 13. FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

## 14. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Informado pela Diretoria de Despesa e Orçamento.

## 15. DEMONSTRATIVO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

DEZEMBRO	Para as atividades desenvolvidas pelo Município de Novo Horizonte junto à população (reuniões, conferências, cursos, projetos e demais eventos). Kits lanche destinados no transporte de pacientes para unidades de tratamento fora do município de Novo Horizonte, realizados pela Secretaria de Saúde e para fornecimento aos estudantes do Projeto Guri.	Registro de Preços: PADARIA, CONFEITARIA E KIT LANCHE	Diversos	R\$ 600.000	Dezem bro 2025 – <u>Dezem</u> <u>bro</u> 2026	Alta	Próprio
----------	---	--	----------	----------------	--	------	---------

## 16. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação é de **R\$ 752.760,90**

ASSINADO NO ORIGINAL

\_\_\_\_\_  
VICTOR FONSECA BILLER  
AGENTE ADMINISTRATIVO

ASSINADO NO ORIGINAL

\_\_\_\_\_  
DANIELE MARIA FONSECA AMARAL  
DIRETORA DE DESPESA E ORÇAMENTO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1– INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: 311/2024.

Área Requisitante: Diversas Diretorias.

### 2– DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO

2.1 Considerando as atividades desenvolvidas pelo Município de Novo Horizonte junto à população e aos servidores como reuniões, conferências, cursos, projetos e demais eventos é necessário alimentos e bebidas para os intervalos ou para momentos de confraternização, socialização e interação.

2.2 Os kits de lanches serão destinados no transporte de pacientes para unidades de tratamento fora do município de Novo Horizonte, realizados pela Secretaria de Saúde, para fornecimento aos estudantes do Projeto Guri e para alunos da Rede Municipal da Educação em atividades, passeios ou excursões.

### 3- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O fornecedor deverá cumprir todas as regulamentações e normas de segurança alimentar e sanitárias aplicáveis, garantindo que os produtos sejam seguros para consumo humano e estejam de acordo com as práticas higiênicas adequadas.

3.2 Os produtos oferecidos deverão atender ao descritivo do Termo de Referência em relação à concentração de ativos e composição dos materiais, atendendo critérios de qualidade, eficiência e rendimento.

3.3 Os produtos entregues poderão ser rejeitados, caso não obedeçam às quantidades e especificações de cada solicitação, bem como anormalidade quanto à aparência, sabor, odor, peso e forma.

3.3 Produtos deverão utilizar embalagens recicláveis ou biodegradáveis, quando for possível.

3.4 Os Gêneros Alimentícios – Produto de Padaria e Confeitaria deverão ser entregues em embalagem apropriada, lacradas e conter ingredientes frescos de primeira qualidade.

3.5 Os bolos e salgados variados deverão ser macios, frescos e assados ou fritos uniformemente.

3.6 Os itens que compõe os kits lanche deverão ser entregues com o mínimo de dois meses de validade.

3.7 Deverão ser considerados nos preços todos os custos e despesas envolvidas no fornecimento e entrega dos produtos objeto do Edital.

3.8 Os Kits deverão ser acondicionados em embalagens individuais, identificadas com a logomarca da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte – SP, e mensagem definida posteriormente, na frente da embalagem. As embalagens deverão ser de SACO DE PAPEL KRAFT BRANCO, Capacidade de 3Kg, medindo aproximadamente 15 (largura) x 36 (altura) x 10 cm (sanfona), devidamente lacrados.

### 4- LEVANTAMENTO DO MERCADO

4.1 A aquisição de itens de padaria é a única solução para alimentação dos participantes de eventos em geral realizados pelo Município e os kit lanche para atender de forma prática a necessidade dos pacientes e estudantes com uma alimentação de fácil armazenagem, já embalada e que não seja perecível.

### 5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Foi considerado o histórico de consumo de todos itens do tipo “produtos de padaria e confeitaria”. Acreditamos que nenhum item esteja faltando.

### 6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

ITEM	PRODUTO	UNID.	9 Meses de Consumo - Equivalente 12 meses	Qtd Informada pelas Diretorias	Processo Atual
1	SALGADOS FRITOS	CENTO	264,13	309	350
2	SALGADOS ASSADOS	CENTO	252,87	314	350
3	BOLO SIMPLES	kg	331,67	752	600
4	DOCES DIVERSOS	UN	10.213,33	20000	15000
5	SANDUICHE NATURAL	CENTO	10,91	105	100
6	BISCOITO DE POLVILHO SALGADO	kg	12,67	87	60
7	PAO DE QUEIJO	UN	6.188,00	19000	12000
8	SUCOS DIVERSOS	l	1.352,00	2370	2000
9	CHOCOLATE QUENTE	l	96,00	137	150
10	REFRIGERANTE TIPO GUARANA 2 L	und	1.056,00	1130	1200
11	REFRIGERANTE TIPO COLA 2,5L	UN	174,67	557	500
12	PAO FRANCES	kg	1.204,34	1225	1800
13	MORTADELA	kg	76,03	79	150
14	PRESUNTO	kg	29,73	94	150
15	MUSSARELA	kg	49,84	195	250
16	TORTA DE FRANGO - QUILO	kg	80,00	310	200
17	BAURU DE FORNO	kg	56,00	300	200
18	PIRULITO - PACOTE COM 50 UNIDADES	un	0,00	350	300
19	LANCHES	UN	2.621,33	13100	10000
20	GELO - 2KG	UN	117,33	63	150
21	MARGARINA COM SAL - POTE 500 GRAMAS	UN	58,67	170	150
22	BOLO RECHEADO E CONFEITADO	KG	13,33	60	80
23	KIT LANCHES	UN	13.172,00	31000	25000
	BOMBONS - PACOTE 1KG		ITEM NOVO	50	100

## 7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa e Tabela de Pesquisa de Preços em anexo.

Estimativa de valor máximo para contratação de: R\$ 752.760,90

## 8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 Considerando que os itens de padaria serão utilizados em reuniões, cursos e eventos durante coffee breaks ou períodos de integração, não é viável ter os itens produzidos e entregues por empresas diferentes devido a risco de atrasos. Além disso, seria mais difícil fiscalizar as entregas e a chance de inconformidades ocorrerem seria maior.

8.2 O item "kit lanche" foi separado em outro lote, pois a entrega e fiscalização não tem relação com os outros itens.

## 9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Este Registro de Preços compreende a contratação eventual de todos itens correlatos de PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA que há previsão de consumo.

## 10- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

DEZEMBRO	Para as atividades desenvolvidas pelo Município de Novo Horizonte junto à população (reuniões, conferências, cursos, projetos e demais eventos). Kits lanche destinados no transporte de pacientes para unidades de tratamento fora do município de Novo Horizonte, realizados pela Secretaria de Saúde e para fornecimento aos estudantes do Projeto Guri.	Registro de Preços: PADARIA, CONFEITARIA E KIT LANCHE	Diversos	R\$ 600.000	Dezembro 2025 - Dezembro 2026	Alta	Próprio
----------	---	---	----------	-------------	-------------------------------	------	---------

## 11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 Itens que atendam aos padrões de qualidade, utilizando ingredientes frescos e de alta qualidade em todas as preparações. Os produtos devem ser livres de defeitos, impurezas e sabores indesejados.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

11.2 A parte fornecedora garantirá o cumprimento rigoroso dos prazos de entrega acordados. 11.3 Quaisquer atrasos serão comunicados com antecedência, e medidas serão tomadas para minimizar quaisquer impactos negativos.

11.4 Atendimento adequado e prestativo, respondendo prontamente a consultas, solicitações e reclamações.

11.5 Os produtos fornecidos devem ser consistentes e padronizados em termos de sabor, textura e apresentação, se esforçando em manter esses critérios ao longo da duração do contrato.

### 12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Os servidores que realizarão o recebimento provisório e definitivo foram avisados sobre a necessidade de conferir o produto entregue em relação a marca e modelo contratados e também verificar o atendimento com as especificações e exigências do Termo de Referência, ficando responsáveis em avisar o fiscal do contrato quanto a qualquer divergência.

### 13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Não há nenhuma política implementada, ou prevista em lei sobre o objeto do presente certame

### 14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1 Considerando os valores e informações apresentadas, acreditamos que a abertura de Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – PRODUTOS DE PADARIA, CONFEITARIA e KITS LANCHE é a melhor alternativa para alimentação nos intervalos ou para momentos de interação/confraternização de eventos.

14.2 A compra dos kits de lanches é essencial para o transporte de pacientes para unidades de tratamento fora do município de Novo Horizonte, realizados pela Secretaria de Saúde, para fornecimento aos estudantes do Projeto Guri e para alunos da Rede Municipal da Educação em atividades, passeios ou excursões.

### 15- ANEXOS

- Termo de Referência;
- Tabela de Pesquisa de Preços;
- Planilha de custos;
- Formalização de Demanda;

### 16-MODALIDADE DO PREGÃO

Considerando as vantagens de escolha da modalidade presencial em relação a forma eletrônica neste caso, seguem justificativas para adoção.

Dada a natureza perecível e a necessidade de rápida disponibilidade dos itens de padaria, o processo em questão requer a entrega imediata dos produtos no local do evento após a produção. Por isso, historicamente, os processos licitatórios para aquisição de produtos de padaria e confeitaria nunca tiveram a participação de empresas de outras cidades, nessa realidade, a modalidade presencial não causará prejuízos à competitividade, pois existem diversas padarias na cidade aptas para participação.

A modalidade eletrônica exige do proponente uma série de documentos, cadastros e custos associados ao acesso à plataforma. Esses requisitos podem representar barreiras para pequenos fornecedores, potencialmente levando a uma sessão deserta. O Pregão Presencial, por outro lado, simplifica esses processos, facilitando a participação de um maior número de licitantes, especialmente os de menor porte, aumentando a competitividade, alinhando-se aos princípios de eficiência e fomento à economia local estabelecidos pela legislação vigente.

### 17- RESPONSÁVEIS

#### ASSINADO NO ORIGINAL

\_\_\_\_\_  
Victor Fonseca Biller  
Agente Administrativo  
Div. De Compras – Mat. 5052  
compras@novohorizonte.sp.gov.br



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

## PLANILHA DE CUSTOS

### ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO (PREÇO MÁXIMO)

O valor máximo aceito para o Processo Licitatório é de **R\$ 752.760,90**

### Agente Responsável pela Cotação:

Victor Fonseca Biller – Agente Administrativo – Div. De Compras

### Metodologia

Metodologia utilizada conforme disposto n Art. 23. Da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

**Método matemático:** Media dos preços coletados individualmente.

### Análise e Critérios:

Diversas fontes foram consultadas para obter uma visão equilibrada dos valores, garantindo que tanto preços excessivamente altos quanto baixos fossem ajustados, refletindo de forma precisa a realidade do mercado.

**Pesquisa de Preços** realizada durante o mês de Agosto/2024 até Outubro/2024.

### Caracterização das Fontes Consultada

**I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, Painel de preços ou no banco de preços em saúde, observado o índice de atualização pertinente;**

**II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;**

Outros Órgãos Públicos:

<https://www.cotacaozenite.com.br/> - Compras Governamentais / Comprasnet

Processos anteriores da Prefeitura de Novo Horizonte:

Processo 318/23 - Sara Eliza Moreira – Validade 28/12/2024.

**III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e hora de acesso;**

**IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou**

Foi solicitado cotação preços por email para diversos fornecedores que já forneceram ao município de Novo Horizonte (praticamente todos vencedores nos últimos anos), apenas duas empresas responderam:

SARA ELIZA MOREIRA COLIONI - CNPJ: 23.275.041/0001-96

E. J. PEREIRA PADARIA E CONFEITARIA LTDA - CNPJ: 29.897.273/0001-62



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

TABELA DE PESQUISA DE PREÇOS

LOTE 01 - ITENS DE PADARIA										
ITEM	PRODUTO	UND	QTD PREVISTA	<a href="https://www.cotacaoze.nite.com.br/">https://www.cotacaoze.nite.com.br/</a> - Compras Governamentais	Portal Nacional de Contratações Públicas	Sara Eliza Moreira Coloni 36797037832 - CNPJ: 23.275.041/0001-96	E. J. PEREIRA PADARIA E CONFEITARIA LTDA - CNPJ: 29.897.273/0001-62	Registro de Preços 318/23 - PP 52	MEDIA	MEDIA TOTAL
1	SALGADOS PARA FESTA FRITOS	Cento	350	R\$ 79,12	R\$ 105,00	R\$ 130,00	R\$ 150,00	R\$ 65,00	R\$ 105,82	R\$ 37.037,00
2	SALGADOS PARA FESTA ASSADOS	Cento	350	R\$ 80,00	R\$ 107,60	R\$ 130,00	R\$ 160,00	R\$ 70,16	R\$ 109,55	R\$ 38.342,50
3	BOLO COM COBERTURA SIMPLES	Kg	600	R\$ 33,99	R\$ 50,04	R\$ 40,00	R\$ 31,00	R\$ 24,67	R\$ 35,94	R\$ 21.564,00
4	DOCES	Unid.	15000	R\$ 2,08	R\$ 1,88	R\$ 4,00	R\$ 1,70	R\$ 1,75	R\$ 2,28	R\$ 34.200,00
5	SANDUÍCHE NATURAL	Cento	100	R\$ 454,00		R\$ 950,00	R\$ 750,00	R\$ 458,25	R\$ 653,06	R\$ 65.306,00
6	BISCOITO DE POLVILHO	Kg	60	R\$ 50,00	R\$ 42,98	R\$ 70,00	R\$ 43,00	R\$ 48,65	R\$ 50,93	R\$ 3.055,80
7	PÃO DE QUEIJO	Unid.	12000	R\$ 2,75	R\$ 1,32	R\$ 3,50	R\$ 1,60	R\$ 1,76	R\$ 2,19	R\$ 26.280,00
8	SUCO PRONTO	L	2000	R\$ 6,00	R\$ 8,50	R\$ 15,00	R\$ 11,00	R\$ 7,05	R\$ 9,51	R\$ 19.020,00
9	CHOCOLATE QUENTE	L	150	R\$ 17,00	R\$ 12,00	R\$ 14,00	R\$ 13,00	R\$ 9,17	R\$ 13,03	R\$ 1.954,50
10	REFRIGERANTE TIPO GUARANÁ	Pet 2L	1200	R\$ 6,90	R\$ 10,00	R\$ 13,00	R\$ 8,50	R\$ 4,93	R\$ 8,67	R\$ 10.404,00
11	REFRIGERANTE TIPO COLA	Pet 2L	500	R\$ 8,27	R\$ 11,40	R\$ 13,00	R\$ 8,50	R\$ 6,34	R\$ 9,50	R\$ 4.750,00
12	PÃO TIPO FRANCÊS 50GR	KG	1800	R\$ 17,90	R\$ 18,33	R\$ 23,50	R\$ 21,00	R\$ 13,39	R\$ 18,82	R\$ 33.876,00
13	MORTADELA	KG	150	R\$ 20,00	R\$ 21,00	R\$ 30,00	R\$ 24,00	R\$ 16,21	R\$ 22,24	R\$ 3.336,00
14	PRESUNTO COZIDO SEM GORDURA DE ÓTIMA QUALIDADE	KG	150	R\$ 31,30	R\$ 37,62	R\$ 43,00	R\$ 32,00	R\$ 27,49	R\$ 34,28	R\$ 5.142,00
15	MUSSARELA	KG	250	R\$ 41,42	R\$ 56,60	R\$ 69,90	R\$ 53,00	R\$ 38,80	R\$ 51,94	R\$ 12.985,00
16	TORTA DE FRANGO	KG	200	R\$ 46,00	R\$ 68,14	R\$ 83,00	R\$ 75,00	R\$ 57,81	R\$ 65,99	R\$ 13.198,00
17	BAURU DE FORNO	KG	200			R\$ 85,00	R\$ 75,00	R\$ 62,74	R\$ 74,25	R\$ 14.850,00
18	PIRULITOS - PACOTE C/ 50 UNIDADES	PCT	300	R\$ 20,89	R\$ 14,84	R\$ 50,00	R\$ 15,00	R\$ 17,62	R\$ 23,67	R\$ 7.101,00
19	LANCHE PRONTO	UNID.	10000	R\$ 6,00	R\$ 4,20	R\$ 9,00	R\$ 6,50	R\$ 4,94	R\$ 6,13	R\$ 61.300,00
20	GELO	UNID.	150	R\$ 4,48		R\$ 6,00	R\$ 8,00	R\$ 3,53	R\$ 5,50	R\$ 825,00
21	MARGARINA	UNID.	150	R\$ 10,80	R\$ 10,00	R\$ 14,00	R\$ 13,00	R\$ 8,46	R\$ 11,25	R\$ 1.687,50



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

22	BOLO RECHEADO E CONFEITADO	KG	80	R\$ 59,80	R\$ 73,60	R\$ 69,90	R\$ 49,00	R\$ 45,82	R\$ 59,62	R\$ 4.769,60
23	BOMBONS – PACOTE 1KG	PCT	100	R\$ 55,50	R\$ 51,09	R\$ 68,00	R\$ 76,50		R\$ 62,77	R\$ 6.277,00

TOTAL DO LOTE 01

R\$ 427.260,90

## LOTE 02

### KIT LANCHE

ITEM	PRODUTO		QTD PREVISTA	<a href="https://www.cotacaoze.nite.com.br/">https://www.cotacaoze.nite.com.br/</a> - Compras Governamentais	Soma	Sara Eliza Moreira Colioni 36797037832 - CNPJ: 23.275.041/0001-96	E. J. PEREIRA PADARIA E CONFEITARIA LTDA - CNPJ: 29.897.273/0001-62	Registro de Preços 318/23 - PP 52	MEDIA TOTAL	MEDIA TOTAL
1	KIT LANCHE	03 (três)BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	25000	R\$ 3,33	R\$ 10,62	R\$ 18,00	R\$ 14,00	R\$ 9,45	R\$ 13,02	R\$ 325.500,00
		01 (um) BISCOITO SALGADO INTEGRAL		R\$ 1,65						
		01 (um) BISCOITO TIPO COOKIES		R\$ 2,19						
		01 (um) BARRA DE CEREAL INTEGRAL		R\$ 2,10						
		01(um) BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR CHOCOLATE		R\$ 1,35						
OBS: Os Kits deverão ser acondicionados em embalagens individuais, identificadas com a logomarca da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte – SP, e mensagem definida por esta Secretaria, na frente da embalagem. (Imagem Anexa). As embalagens deverão ser de SACO DE PAPEL KRAFT BRANCO, Capacidade de 3Kg, medindo aproximadamente 15 (largura) x 36 (altura) x 10 cm (sanfona), devidamente lacrados.										

TOTAL DO LOTE 02

R\$ 325.500,00

TOTAL

R\$ 752.760,90



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

## ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na Rua ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., Cep: ....., neste ato representada pelo(a) ..... (sócio/diretor), Sr. (a) ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., na cidade de ....., Estado de ..... - Cep: .....

OUTORGADO(S): Sr. (a) ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ..... - Cep: .....

PODERES: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representar a empresa no Pregão Presencial nº \_\_\_\_/20\_\_, realizado pela Prefeitura Municipal de Novo Horizonte - SP, podendo formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

...../....., ..... de.....de 202....

Razão Social da Empresa Nome do Outorgante Cargo do Outorgante  
N.º do CPF





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

## ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE – SP  
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na  
....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º  
....., neste ato representada pelo seu  
(representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que atende aos requisitos de habilitação e que inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser expressão da verdade assina a presente.

...../....., ..... de.....de 202....

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º  
do CPF



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE – SP

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na

....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º

....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Por ser expressão da verdade assina a presente.

...../....., ..... de.....de 202....

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do CPF



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

## ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO – ARTIGO 16 DA LEI Nº 14.133/2021

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE – SP

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na

....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º

....., neste ato representada pelo seu

(representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Por ser expressão da verdade assina a presente.

...../....., ..... de.....de 202....

---

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do CPF



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/____					
PROCESSO Nº. ____/____					
<b>PROPOSTA COMERCIAL</b>					
OBJETO:					
PROPONENTE:					
C.N.P.J:					
ENDEREÇO:					
FONE:					
EMAIL:					
CONTATO:					
<b>LOTE</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>Preço unitário</b>	<b>Valor Total</b>
1					
2					
3					
<b>TOTAL</b>					

Declaramos conhecer e aceitar as condições específicas e gerais desta licitação e comprometemo-nos a fornecer os itens, pelo preço unitário proposto.

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de apresentação da mesma.

OBS: A interposição de recurso suspende o prazo de validade da proposta até decisão.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura responsabilidade por eventuais erros, omissões ou qualquer outro pretexto.
2. não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 4.2 e subitens deste Edital.

Dados para crédito em conta corrente:

Banco:      Agência:      Conta:

Dados do responsável para assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome:

Cargo: CPF:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Representante legal

**(ESTA PROPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADA DENTRO DO ENVELOPE Nº. 01)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

## ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA OUTRAS COMPROVAÇÕES

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE – SP

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_/2023

(Razão Social da Empresa), estabelecida na  
....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada  
pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

- a) está ciente e concorda com as condições descritas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
- c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Por ser verdade assina a presente.

...../....., ..... de.....de 202....

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do CPF





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

## ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
PREGÃO PRESENCIAL Nº  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**, inscrita no CNPJ sob n.º 45.152.139/0001-99, isento de Inscrição Estadual, com sede na Praça Dr Euclides Cardoso Castilho, nº 185, Centro, Novo Horizonte, SP, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pelo prefeito municipal em exercício, **SR. FABIANO DE MELLO BELENTANI**, brasileiro, casado, portador do RG/SP nº 24.683.455-9 e do CPF nº 177.931.788-31, nomeado pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do *edital de Licitação nº ...../20...*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.*

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha
Nº

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, sendo vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.1, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá cancelar a ata.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação (IPCA do IBGE);

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a Administração convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## 8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## 9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

## UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

### 10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un





# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

**CONTRATADA:** -----

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº:** ---/----

**OBJETO:**

**ADVOGADO / Nº OAB / E-MAIL: (\*)**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Novo Horizonte, -- de ----- de -----

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

#### **Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA CONHECIMENTO E ACEITE

Contrato nº \_\_\_\_\_ Processo Licitatório nº \_\_\_\_\_

Modalidade: \_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_

Contratado:

CNPJ:

I.E.:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Site:

Responsável:

CPF:

R.G.:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Pelo presente declaro, para os devidos fins de direito, que tenho plena ciência dos termos do contrato nº \_\_\_\_\_, referente ao processo licitatório nº \_\_\_\_\_ - modalidade \_\_\_\_\_, que tem como objeto \_\_\_\_\_, do decreto municipal nº 7.770/22, decreto nº 8.004/22 e das normas e obrigações legalmente impostas pela legislação aplicável, em especial a lei nº 14.133/21, que rege os processos licitatórios e contratos.

Declaro estar ciente e concordar em manter devidamente atualizado os dados cadastrais da empresa, especialmente quanto ao endereço eletrônico (email), pelo qual deverá ocorrer todas notificações, citações e intimações referente a gestão do contrato, sua execução e eventual processo de responsabilização e aplicação de penalidade.

Outrossim, estamos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido contrato, serão publicados na imprensa Oficial Eletrônica do Município de Novo Horizonte, disponível no endereço: [www.novohorizonte.sp.gov.br](http://www.novohorizonte.sp.gov.br), iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos para prestar esclarecimentos, manifestar, recorrer, dentre outros de interesse das partes.

Por ser expressão da verdade, declaro ciência e concordância com os termos acima.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Contratado



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<b>Folha</b>
<b>Nº</b>

## DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA: CNPJ

Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): DATA

DA ASSINATURA: VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

**LOCAL e DATA:**

**RESPONSÁVEL:** (nome, cargo, e-mail e assinatura)